



TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1 Aquisição de 20 computadores portáteis (notebooks), com prestação de garantia *on site* de 36 meses, para atendimento das necessidades do TCDF.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1 NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1.1 Atualmente, o TCDF possui 101 notebooks em uso por seu corpo técnico, adquiridos em exercícios distintos.

2.1.2 O TCDF, por meio do Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI, instituiu a política de atualização do parque computacional, na proporção de 1/4 ao ano.

2.1.3 Observa-se que não houve aquisição de notebooks nos exercícios de 2010 e 2012, de tal sorte que o parque encontra-se desatualizado.

2.1.4 Observa-se, ainda, que existem 12 máquinas no depósito, em face da acentuada obsolescência e inoperância dessas.

2.1.5 Os notebooks são equipamentos essenciais ao cumprimento da missão deste Tribunal, pois propiciam mobilidade e ganhos de produtividade, sobretudo nos trabalhos de campo de inspeções e auditorias.

2.2 MOTIVAÇÃO

2.2.1 A presente aquisição visa dar cumprimento à política de atualização do parque computacional do TCDF, estabelecida no Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI e atendimento de demandas internas.

2.2.2 Cabe lembrar que a presente aquisição está em conformidade com a ação “5.1 - Desenvolver, manter e/ou adquirir soluções de TI adequadas ao Controle Externo do Tribunal” do Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI 2013/2015.

2.3 RESULTADOS A SEREM ALCANÇADOS

2.3.1 Com a efetivação da presente aquisição, espera-se:

a) atualização do parque computacional do TCDF, em atendimento ao que estabelece o Plano Diretor de Tecnologia da Informação do TCDF – 2013/2015 (PDTI);

b) atendimento de demandas das unidades do Tribunal;

c) melhoria nas instalações, com a aquisição de equipamentos de configurações atualizadas e capazes de oferecer novos recursos que visem aperfeiçoar a experiência dos usuários que deles se utilizarão.

2.4 JUSTIFICATIVAS DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

2.4.1 O corpo técnico do TCDF já utiliza notebooks em seu trabalho de campo, e a aquisição de outra solução demandaria adaptação de sistemas, e traria transtornos quanto



ao uso de dispositivos sem teclado físico, caso dos *tablets*, colocando em risco o atendimento das necessidades deste Tribunal.

2.4.2 Registre-se, por oportuno, que as configurações dos notebooks disponíveis no mercado atualmente, em alguns casos, superam às configurações dos desktops, resultando em ganho de performance e conforto na sua utilização. Este é o caso, por exemplo, dos equipamentos contendo disco de estado sólido (SSD). Aliado a isso, soma-se a capacidade de utilização de novos recursos disponíveis nos sistemas operacionais vigentes, com a adoção da tela sensível ao toque (*touchscreen*).

2.4.3 Por fim, justifica-se a adoção do pregão na presente aquisição, por se tratar de bens comuns, posto que esses são destituídos de qualquer peculiaridade e possuem total disponibilidade no mercado para aquisição a qualquer tempo.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1 REQUISITOS FUNCIONAIS

3.1.1 Computador portátil (*notebook*) com as seguintes características mínimas:

3.1.1.1 Processador:

- a) série/família: Intel Core I5;
- b) velocidade: 1.7 Ghz;
- d) cache: 3 Mb.

3.1.1.2 Memória RAM:

- a) padrão pré-instalada: 4 Gb;
- b) tipo: DDR3 SDRAM;
- c) expansibilidade: até 6 Gb.

3.1.1.3 Capacidade de armazenamento: memória híbrida de 320GB de HD e 32GB de SSD;

3.1.1.4 Conexões de Rede:

- a) ethernet 10/100 Mbps;
- b) wireless IEEE 802.11 b/g/n.

3.1.1.5 Outras conexões e dispositivos:

- a) Bluetooth 2.0 (ou superior);
- b) webcam integrada VGA;
- c) microfone integrado;
- d) autofalante integrado;
- e) saída HDMI;
- f) placa de vídeo integrada ao processador ou off board;
- g) placa de som integrada ao processador, placa mãe ou off board;



h) 2 (duas) portas USB 3.0.

3.1.1.6 Teclado (padrão português brasileiro) integrado ao gabinete;

3.1.1.7 Tela:

- a) widescreen: sim;
- b) touch screen: sim;
- d) resolução: 1360 x 760 pixels;
- e) tamanho: entre 13" e 15";
- f) material: LCD ou LED.

3.1.1.8 Fonte externa: bivolt 100/240V (chaveamento automático);

3.1.1.9 Bateria interna, com 2 horas de duração em execução de vídeo;

3.1.1.10 Sistema Operacional: Windows 8 64 bits – português brasileiro.

3.1.1.11 Serão aceitos equipamentos ofertados com especificações superiores àquelas descritas acima.

3.2 REQUISITOS NÃO FUNCIONAIS

3.2.1 DA GARANTIA

3.2.1.1 Os equipamentos deverão contar com cobertura de garantia, na modalidade *on site*, pelo período de 36 meses, contados a partir da data de recebimento definitivo, incluindo a mão-de-obra e atendimento no local.

3.2.1.2 A empresa licitante deverá apresentar declaração direcionada ao TCDF onde conste que os equipamentos propostos são novos e possuem suporte técnico credenciado pelo fabricante na cidade do contratante, informando o nome, endereço e telefone da(s) empresa(s) de serviço técnico autorizado que prestará(ão) serviços gratuitos de manutenção, durante o período de garantia.

3.2.1.3 Nesse caso, a contratada deverá declarar solidariedade com todos os atos praticados pela(s) empresa(s) de serviço técnico autorizado. Caso não indique a empresa na proposta técnica, deverá fazê-lo até a assinatura do contrato.

3.2.1.4 Se, em qualquer momento da vigência do contrato, o TCDF identificar qualquer problema com o atendimento prestado pela(s) empresa(s) de serviço técnico autorizado, fica a contratada obrigada a substituí-la(s) por outra(s), no prazo de 30 dias corridos a contar da notificação pelo TCDF.

3.2.1.5 A mudança da empresa prestadora do serviço por iniciativa da contratada deverá ser comunicada ao TCDF com antecedência mínima de 30 dias corridos.

3.2.1.6 A empresa fornecedora do equipamento deverá dispor de um número telefônico para suporte e abertura de chamados técnicos.

3.2.1.7 A contratada deverá atender ao chamado de assistência técnica no prazo máximo de 2 dias úteis.



3.2.1.8 A contratada deverá reoperacionalizar o equipamento ou componente com problema no prazo máximo de 5 dias úteis após o início do atendimento.

3.2.1.9 Caso não seja possível cumprir o prazo estabelecido no item anterior, a contratada deverá substituir o equipamento ou componente defeituoso por outro, em caráter provisório (backup), mediante autorização e no prazo estabelecido pelo TCDF.

3.2.1.10 Todo equipamento ou componente defeituoso deverá ser substituído por outro novo e de igual marca e modelo, a menos que o TCDF autorize a troca por outra marca e/ou modelo.

3.2.1.11 No caso de backup, o TCDF poderá autorizar instalação de equipamento ou componente usado e/ou de características diferentes daquelas do equipamento objeto do chamado de assistência técnica, desde que não sejam comprometidas as funções nele executadas.

3.2.1.12 As peças instaladas em substituição serão garantidas contra defeitos de fabricação pelo prazo restante da garantia ou por 90 dias, o que for maior.

3.2.1.13 A contratada poderá identificar cada componente pelos meios que achar necessários para evitar dúvidas em relação à origem de cada peça dos equipamentos.

3.2.1.14 Todas as despesas de frete, seguros, testes, ensaios, reinspeção e outras que recaiam sobre os equipamentos enviados para o conserto ou para substituição, que estejam cobertos pela garantia, serão suportados pela contratada.

3.2.1.15 A garantia só poderá ser revogada em caso de acidente, mau uso ou transporte inadequado, causado pelo TCDF e apenas para o componente afetado.

3.2.1.16 Essa garantia exclui os defeitos ocorridos por sobretensão resultante de descarga atmosférica (raios), conexões a tensões incorretas e outros eventuais que impliquem uso incorreto.

3.2.1.17 Os custos com a reparação dos defeitos não cobertos pela garantia correrão por conta do contratante, que deverá realizar com empresa de manutenção autorizada do fabricante, sem ocasionar a invalidação da garantia estabelecida.

3.2.1.18 Onde for citado, é considerado dia útil aquele com expediente normal no TCDF.

4. DOS MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO A SEREM UTILIZADOS PRA TROCA DE INFORMAÇÕES ENTRE CONTRATADA E CONTRATANTE

4.1 Para a execução do objeto descrito neste Termo de Referência, serão utilizados os seguintes mecanismos de comunicação:

- a) telefone indicado pela contratada para suporte e abertura de chamados técnicos no período da garantia;
- b) meio eletrônico (e-mail ou outro sistema web) com confirmação de recebimento;
- c) ofícios, fac-símile e outros meios formais de comunicação.



4.2 A contratada deverá indicar formalmente um preposto apto a representá-la junto ao contratante, o qual deve responder pela fiel execução dos serviços contratados, orientando os técnicos de manutenção que prestarão os serviços de suporte técnico autorizado durante o período da garantia.

4.3 Para evitar que o contratante fique eventualmente sem acesso ao preposto, deverá ser indicado um substituto.

4.4 É vedada a indicação de pessoas estranhas ao quadro funcional da contratada para desempenharem a função de preposto.

5. DA FISCALIZAÇÃO

5.1 A Fiscalização e o controle do fornecimento, objeto deste Termo de Referência (TR), será exercida por servidor do TCDF ou comissão, designado(a) para desempenhar esta função, com poderes para praticar quaisquer atos que se destinem a preservar os direitos do contratante, devendo o mesmo franquear a contratada livre acesso aos locais de execução dos trabalhos, bem como aos registros e informações sobre o contrato, além das atribuições elencadas no art. 2º da Instrução TCDF nº 3, de 22.12.1997.

5.2 A Fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive resultante de imperfeições técnicas, vícios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência destes, não implica corresponsabilidade do contratante ou de seus agentes e prepostos.

5.3 Sem prejuízo de outras atribuições legais, poderá a fiscalização do contratante:

a) determinar as medidas necessárias e imprescindíveis ao correto fornecimento dos bens, bem como fixar prazo para as correções das falhas ou irregularidades constatadas; e

b) sustar quaisquer serviços que estejam sendo realizados em desacordo com o especificado pelo fabricante do equipamento, ou ainda esteja em desacordo com este TR ou com o contrato assinado ou que possa atentar contra a segurança de pessoas ou bens do contratante.

5.4 O serviço rejeitado, seja devido ao uso de materiais ou peças inadequados, seja por ter sido considerado mal executado, deverá ser refeito corretamente, com o tipo de execução e o uso de materiais aprovados pela fiscalização, arcando a contratada com os ônus decorrentes do fato.

5.5 O fornecimento e os serviços serão executados, preferencialmente, no expediente normal do TCDF, devendo a contratada programar, junto com a fiscalização, os horários de suas realizações, de forma a produzir o máximo de resultados e o mínimo de transtorno.

5.6 As decisões e providências que ultrapassarem a competência da fiscalização do contrato deverão ser autorizadas pela autoridade competente do contratante em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.



6. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

6.1 O objeto contratado será recebido por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante recibo, após o decurso do prazo de até 5 (cinco) dias de observação que comprove sua adequação aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da Lei nº 8.666/1993.

6.2 Em caso de conformidade, o servidor ou comissão liberará o pagamento e emitirá o aceite definitivo do objeto.

6.3 Qualquer desconformidade quanto ao objeto contratado, apontada pelo servidor ou comissão, acarretará o não recebimento. O servidor ou comissão discriminará em termo circunstanciado, em 2 (duas) vias, as irregularidades encontradas, ficando a contratada com o recebimento de uma das vias para as devidas providências, até o prazo previsto para o adimplemento da obrigação, cientificada de que está passível das penalidades cabíveis.

6.4 À contratada caberá sanar as irregularidades apontadas no recebimento, até o prazo previsto para o adimplemento da obrigação, submetendo à nova verificação o objeto impugnado, ficando suspenso o pagamento até a execução das correções necessárias, sem prejuízo de aplicação das penalidades cabíveis.

6.5 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança com relação ao objeto contratado, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

6.6 No caso de bens importados, deverão ser comprovadas sua origem e a quitação dos tributos de importação a eles referentes, comprovações estas que deverão ser apresentadas no momento de sua entrega, sob pena de rescisão contratual e multa.

7. DO PAGAMENTO

7.1 Ocorrendo o adimplemento da obrigação contratual, a Contratada emitirá Nota Fiscal que, após a devida atestação e regular liquidação, será objeto de pagamento a ser processado no prazo de até 10 (dez) dias úteis, mediante Ordem Bancária creditada em conta corrente indicada pela Contratada.

7.2 Nos termos do Protocolo ICMS 42, de 03.07.2009, os contribuintes enquadrados nos códigos da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE – descritos no Anexo Único do referido Protocolo, deverão utilizar a Nota Fiscal eletrônica (NF-e) prevista no Ajuste SINIEF 07/05, de 30.09.2005, em substituição à Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, salvo nas hipóteses previstas naquele Protocolo.

7.3 O Microempreendedor Individual (MEI) está dispensado da emissão da NF-e.

7.4 Para que seja efetivado o pagamento deverá ser verificada a regularidade da empresa perante a Secretaria de Fazenda do Distrito Federal (SEF/DF), a Secretaria da Receita Federal (Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros), a Caixa Econômica Federal quanto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF/CEF) e a Fazenda Pública Federal. Nesse sentido, é necessária a apresentação das Certidões Negativas de Débitos (cópia autenticada em cartório ou



acompanhada de original), emitidas pelos respectivos órgãos, em plena validade, caso as apresentadas na habilitação estejam vencidas.

7.5 Havendo erro no documento de cobrança, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, a mesma ficará pendente e o pagamento sustado até que a contratada providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, quaisquer ônus por parte do contratante.

7.6 Caso o contratante não cumpra o prazo estipulado, pagará à contratada atualização financeira de acordo com a variação do IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas, proporcionalmente aos dias de atraso.

7.7 Se a contratada for optante pelo Simples Nacional, essa condição deverá ser informada na Nota Fiscal/Fatura, sob pena de ter retido na fonte os tributos incidentes sobre a operação, relacionados no art. 13 da Lei Complementar nº 123/2006.

7.8 Nenhum pagamento será feito à contratada, caso o(s) fornecimento(s) seja(m) rejeitado(s) pela fiscalização do contrato, devendo esse(s) ser(em) substituído(s) ou corrigido(s) pela contratada de modo a obter a aprovação da fiscalização, quando for o caso.

8. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1 OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

8.1.1 Efetuar o pagamento devido, após o adimplemento da obrigação, mediante Nota Fiscal devidamente atestada, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato;

8.1.2 Receber o objeto do contrato e atestar a Nota Fiscal/Fatura;

8.1.3 Exercer a fiscalização dos serviços prestados;

8.1.4 Informar à contratada, oficialmente, quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato;

8.1.5 Permitir, dentro das normas internas, o acesso dos empregados da contratada às suas dependências, para a execução dos serviços;

8.1.6 Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes, que venham a ser solicitados pelos empregados da contratada ou por seu preposto.

8.2 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

8.2.1 Fornecer o objeto desta contratação, de uma única vez, atendendo aos prazos e às especificações aqui estabelecidas;

8.2.2 Prestar suporte técnico aos produtos objeto deste Termo de Referência, pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses, na modalidade *on site*, contados a partir da data do recebimento definitivo (efetiva de entrega e comprovação técnica de funcionamento dos equipamentos);

8.2.3 Manter os seus empregados ou prepostos devidamente identificados, por meio de crachá e uniforme, quando em trabalho nas dependências do Tribunal;

8.2.4 Indicar profissional para, sem prejuízo de suas atividades, atuar como preposto;



8.2.5 Responder por quaisquer danos causados diretamente a bens de propriedade do Tribunal ou de terceiros, quando tenham sido causados por seus empregados ou prepostos durante o fornecimento do objeto ou prestação da garantia;

8.2.6 Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação durante o período de vigência contratual;

8.2.7 Guardar sigilo sobre dados e informações obtidos em razão da execução dos serviços contratados ou da relação contratual mantida com o Tribunal;

8.2.8 Acatar as recomendações e solicitações efetuadas pela fiscalização do contrato, atinentes ao atendimento desta contratação.

9. DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO E LOCAL DE ENTREGA

9.1 O prazo de entrega do objeto deste Termo de Referência será de até 30 dias, contado a partir da data da entrega da respectiva Nota de Empenho.

9.2 A entrega dos equipamentos deverá ocorrer em uma única vez.

9.3 A vigência do ajuste será de 36 meses, que corresponderá ao período de garantia dos equipamentos.

9.4 Os bens deverão ser entregues na Seção de Entrega de Serviços, sito à Praça do Buriti, 1º andar do Edifício Anexo do TCDF, fones: (61) 3314-2275 ou 3314-2762, fax: (61) 3314-2636, e-mail: dti@tc.df.gov.br, no horário regimental do TCDF, compreendido de 11h às 19h.

10. ESTIMATIVA DE PREÇOS

10.1 De acordo com pesquisa de preços realizada no sítio do ComprasNet, com resultados de pregões de objetos assemelhados ao ora pretendido, têm-se o montante médio estimado de R\$ 76.055,00 (setenta e seis mil e cinquenta e cinco centavos). O detalhamento desses valores pode ser visto na planilha constante do Anexo II deste Termo de Referência.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 A despesa com a execução do objeto deste TR será imputada à conta do crédito consignado no orçamento do contratante, enquadrando-se no programa de trabalho nº “1126600514715 - MODERNIZACAO DO SISTEMA DE INFORMATICA - TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL”.

11.2 As demais informações quanto à natureza da despesa e o código de subatividade devem ser prestadas pela Divisão de Orçamento, Finanças e Contabilidade na tramitação do processo.

12. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o ajuste, deixar de entregar documentação exigida em edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer



declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com o Distrito Federal, e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

12.2 Pela inexecução parcial/total do ajuste, o contratante poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada multa de 15% (quinze por cento) do valor inadimplido do contrato.

12.3 Será configurada a inexecução total do objeto, quando: a) houver atraso injustificado por mais de 30 (trinta) dias após o término do prazo fixado para a entrega do objeto, sem que qualquer parcela do objeto tenha sido entregue; b) todo o fornecimento não for aceito pela fiscalização por não atender às especificações.

12.4 Em caso de descumprimento dos prazos aqui estabelecidos, poderá ser aplicada à contratada multa moratória de valor equivalente a 0,20% por dia de atraso sobre o valor do fornecimento, não ultrapassando o limite de 10% sobre este valor. As multas previstas neste item serão calculadas considerando-se os dias consecutivos a partir do dia útil imediatamente subsequente ao do vencimento.

12.5 O contratante poderá, ainda, utilizar-se da sanção de advertência, prevista no art. 87, I, da Lei n.º 8.666/1993, aplicada ao pregão subsidiariamente.

12.6 As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar com o Distrito Federal poderão ser aplicadas à contratada, juntamente com a multa administrativa prevista acima.

12.7 No caso de aplicação de multa, será observado o limite mínimo de R\$ 100,00 (cem reais) para cobrança, exceto quando for necessária, além da referida multa, a aplicação de uma das penalidades prevista neste tópico.

12.8 As multas tratadas neste tópico serão descontadas do pagamento eventualmente devido pelo Contratante, ou na impossibilidade de ser feito o desconto, recolhidas pela Contratada mediante depósito em conta corrente do Contratante ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

12.9 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

13. DA SELEÇÃO DO FORNECEDOR

13.1 DO CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

13.1.1 Propõe-se que seja adotado o critério de menor preço para julgamento e classificação das propostas, observados os prazos máximos, as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade aqui definidos.

13.1.2 No preço cotado deverão ser incluídas todas as despesas com impostos, taxas, encargos sociais, fiscais, desembaraço aduaneiro, encargos previdenciários e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto.

13.2 DO DIREITO DE PREFERÊNCIA



13.2.1 Será assegurada preferência na contratação, nos termos do disposto no Decreto nº 7.174/2010, observada a seguinte ordem:

- a) bens com tecnologia desenvolvida no País e produzidos de acordo com o Processo Produtivo Básico (PPB), na forma definida pelo Poder Executivo Federal;
- b) bens com tecnologia desenvolvida no País; e
- c) bens produzidos de acordo com o PPB, na forma definida pelo Poder Executivo Federal.

13.2.2 As microempresas e empresas de pequeno porte que atendam ao disposto nos incisos do item anterior terão prioridade no exercício do direito de preferência em relação às médias e grandes empresas enquadradas no mesmo inciso.

13.2.3 A comprovação do atendimento ao PPB dos bens de informática e automação ofertados será feita mediante apresentação do documento comprobatório da habilitação à fruição dos incentivos fiscais regulamentados pelo Decreto Federal n.º 5.906/2006 ou de n.º 6.008/2008.

13.2.4 A comprovação prevista no item anterior será feita:

- a) eletronicamente, por meio de consulta ao sítio eletrônico oficial do Ministério da Ciência e Tecnologia ou da Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA; ou
- b) por documento expedido para esta finalidade pelo Ministério da Ciência e Tecnologia ou pela SUFRAMA, mediante solicitação do licitante.

13.2.5 Caso nenhuma empresa classificada venha a exercer o direito de preferência, observar-se-ão as regras usuais de classificação e julgamento previstas no Edital.

13.3 DA HABILITAÇÃO

13.3.1 Além da habilitação parcial, por meio do SICAF, a licitante deverá apresentar a seguinte documentação de habilitação complementar:

- I. ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA ou certidão(ões) que comprove(m) que a licitante forneceu para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do DF, ou ainda, para empresas privadas, objeto(s) semelhante(s) ao licitado. Deverá(ão) constar nas especificações do(s) aludido(s) atestado(s) ou certidão(ões) que o fornecimento compreendeu a prestação de garantia *on site*, pelo período mínimo de 36 meses, de forma satisfatória;
- II. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- III. declaração de que atende aos requisitos previstos no art. 2º da Lei Distrital nº 4.770, de 22 de fevereiro de 2012;



IV. Termo de Compromisso de Sigilo sobre dados e informações obtidos em razão da execução dos serviços contratados ou da relação contratual que manterá com o Tribunal, cf. Anexo I;

V. declaração que: a) os equipamentos propostos são novos e possuem suporte técnico credenciado pelo fabricante na cidade do contratante; b) apresentará, previamente à assinatura do contrato, a relação de empresa(s) de suporte técnico autorizado que prestará(ão) serviços gratuitos de manutenção, durante o período de garantia, contendo, no mínimo, o nome, endereço e telefone dessa(s) empresa(s); c) de solidariedade com todos os atos que serão praticados pela(s) empresa(s) de serviço técnico autorizado.

13.4 DA ADEQUABILIDADE DO OBJETO OFERTADO

13.4.1 O licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar será convocado a apresentar folders, catálogos ou fotos dos produtos oferecidos ou, ainda, indicar o site do fabricante, para que sejam comprovadas as características do objeto ofertado.

13.4.2 A comprovação das características do objeto ofertado será feita com base em:

- a) proposta técnica;
- b) folheto(s) e/ou folder(es) técnico(s) do fabricante;
- c) informações obtidas no site do fabricante na Internet;
- d) amostra eventualmente fornecida.

13.4.3 Em caso de divergência(s), prevalecerão, em primeiro lugar, as informações obtidas com a amostra eventualmente fornecida; em segundo lugar, por informações fornecidas pelo fabricante, por carta ou e-mail; em terceiro lugar, aquelas obtidas no site do fabricante na Internet; finalmente, por meio de folheto(s) e/ou folders técnico(s) do fabricante.

13.4.4 Será rejeitado o equipamento proposto que:

- a) apresentar divergência em relação às especificações técnicas;
- b) apresentar qualquer tipo de falha durante o teste de uso, após a entrega do produto;
- c) apresentar indícios de remanufatura.

14. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

14.1 Lei nº 8.666/1993 e alterações posteriores, Lei Complementar nº 123/2006, Lei nº 10.520/2002, Decretos Distritais nºs 23.460/2002, 32.218/2010, Decreto Federal nº 7.174/2010, Resolução TCDF nº 205/2010 e, no que couber, demais legislações aplicáveis.



15. DAS CONDIÇÕES GERAIS

15.1 Em caso de dúvida técnica, é conveniente o contato do interessado com a Divisão de Tecnologia da Informação do TCDF, localizada no 1º Andar do Edifício anexo, telefone (61) 3314-2250, fax 3314-2636, das 13h00 às 18h30.

15.2 Em caso de dúvida relativa ao certame, é conveniente o contato do interessado com a Seção de Licitação e Contrato deste Tribunal, localizada no 3º Andar do Edifício Anexo, fones (61) 3314-2202/3314-2147, fax (61) 3314-2219, das 13h às 18h30.

15.3 São responsáveis pelo acompanhamento e recebimento do objeto deste Termo de Referência os servidores da Divisão de Tecnologia da Informação do TCDF: Ueslei Camelo Barbosa e Clério Borba Brasil.

15.4 São partes integrantes deste Termo de Referência: o Anexo I – Modelo do Termo de Compromisso de Sigilo e o Anexo II – Planilha Estimativa de Preços.

16. LOCAL E DATA

16.1 Brasília, em ____ de _____ de _____.

17. RESPONSÁVEIS PELO TERMO DE REFERÊNCIA

Área Requisitante	Área de Tecnologia da Informação
Clério Borba Brasil	Ueslei Camelo Barbosa
Mat. 414-6	Mat. 1237-8



ANEXO I – MODELO DO TERMO DE COMPROMISSO DE SIGILO

Pelo presente instrumento, eu

_____,
RG: _____, CPF: _____, representante legal da
empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº
_____, comprometo-me a manter o mais absoluto sigilo com relação a
toda e qualquer informação a que tiver acesso em função das atividades desempenhadas,
em razão da execução dos serviços contratados no âmbito do Pregão nº ____/2013 ou da
relação contratual mantida com o Tribunal, sob as formas escrita, verbal, ou qualquer outro
meio de comunicação.

Por ser verdade, firmo o presente.

Brasília, em ____ de _____ de 2013.

Nome:



ANEXO II – PLANILHA ESTIMATIVA DE PREÇOS

Item	Descrição	Qtde.	Preços Unitários Coletados (R\$)				Valor Unitário Médio Estimado (R\$)	Valor Total (R\$)
			Pregão 18/2012 (EMBRAPA)	Pregão 40/2013 (MPDFT)	Pregão 1/2013 (FUNDEPE)	Pregão 5/2013 (USP/EEFE)		
1	Computadores portáteis (<i>notebooks</i>), incluindo a prestação de garantia <i>on site</i> de 36 meses.	20	2.919,00	2.100,00	6.000,00	4.192,00	3.802,75	76.055,00